

Outras possíveis saídas

ARQUIVAMENTO

- A hipótese de pedir o arquivamento do processo obedece à linha defendida pelos advogados de Antonio Carlos Magalhães, que argumentam que ele não cometeu qualquer ilícito.

ADVERTÊNCIA

- Pode ser verbal ou por escrito e já

foi usada contra Antonio Carlos e o presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), quando os dois trocaram insultos no plenário.

SUSPENSÃO TEMPORÁRIA

- A suspensão temporária do mandato de Antonio Carlos Magalhães é apontada como a alternativa mais aceitável em substituição à proposta de cassação apresentada

pelo relator Roberto Saturnino Braga (PSB-RJ). A resolução 20 do Senado que criou o Código de Ética e Decoro Parlamentar não estabelece um prazo para a suspensão. O PFL acha que 90 dias seriam suficientes, mas pode ampliar o prazo caso perceba que ele é considerado curto pelos representantes do Conselho de Ética. A proposta pode ser radicalizada para uma suspensão até o fim do mandato.